Senado comandará ação parlamentar do governo

BRASÍLIA — O comando político do governo no Congresso está mudando de eixo. Centradas nas lideranças da Câmara dos Deputados até a derrota, há 15 dias, da Medida Provisória 296, que reajustava os salários de parte do funcionalismo, as negociações passarão a ser feitas no Senado. A decisão partiu do ministro da Justiça e coordenador político do governo, Jarbas Passarinho, em conversa com o líder governista do Senado, Marco Maciel (PFL-PE). Os dois concluíram que, se o Senado tivesse participado mais ativamente naquela ocasião, o governo teria conseguido aprovar a MP 296.

É o próprio senador quem confirma que este novo modelo já está funcionando nas negociações da proposta alternativa à medida provisória derrotada, que será enviada ao Congresso em agosto, na forma de projeto de lei. “O Senado ficou muito ausente dos acordos, injustamente”, queixa-se Maciel. É que, embora os senadores nem cheguem a votar quando a proposição é derrotada pela Câmara, o ônus do fracasso é de todos. “Como a sessão é do Congresso, o desgaste é do Legislativo”, diz o líder governista, lamentando a falsa impressão de que a decisão política só transita pela Câmara. Afinal, foi o Senado que salvou o governo de outras derrotas impostas pela Câmara, mantendo vetos presidenciais que os deputados derrubaram.

Mas de nada valerá a participação mais efetiva dos governistas no Senado, se as lideranças na Câmara não entrarem em acordo. O líder do PRN, senador

Ney Maranhão (PE), adverte para o fato de que nenhum esforço conjunto das duas casas dará resultado, a menos que os três governistas da Câmara — Ricardo Fiúza (PFL), Arnaldo Faria de Sá (PRN) e o líder Humberto Souto (PFL-MG) — tenham uma posição unitária na defesa do governo. “Generais que brigam na frente da tropa perdem a batalha por falta de comando”, diz Ney Maranhão, sugerindo que “o trio da Câmara se feche em um quarto à prova de som para discutir a estratégia do governo e tirar uma posição”. Ele está seguro de que a solução política definitiva para o comando governista passa pelo entrosamento dos líderes, que hoje não existe. “Eles têm que ser unidos como a santíssima trindade”, resume.

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, foi convocado para comparecer ao Congresso Nacional no próximo dia 24. A pedido da Comissão Representativa do Poder Legislativo, que trabalha durante o recesso dos parlamentares, Passarinho vai explicar o projeto de lei que prevê reajustes diferenciados para o funcionalismo público. A comissão votou ontem a convocação do ministro. Passarinho já esteve no Congresso, no início desta semana, e discutiu com os líderes partidários o projeto de lei. Mas, no final do mês, a comissão espera que o ministro faça um detalhamento maior da proposta, que substitui a Medida Provisória 296.